

ENTREVISTA

Deputado Laércio Oliveira comenta o Estatuto da Segurança Privada, o aumento do PIS/Cofins e a terceirização

JURÍDICO

Impacto econômico-financeiro da Convenção Coletiva de Trabalho da segurança privada para 2016

EM FOCO

SESVESP na etapa São Paulo da campanha nacional da PF de prevenção e combate às empresas clandestinas

REVISTA

SESVESP[®]

Ano XIX – N° 126 – Jan/Fev 2016

NOSSAS CAMPEÃS

Com apoio do
SESVESP, entidades
formam portadores
de deficiência para o
esporte e o mercado
de trabalho



XII FESP

De 16 a 18/03/2016
Casa Grande Hotel
Guarujá/SP

PROGRAMAÇÃO



Dia 16/03/16

18h00 - Abertura



18h30 às 20h00 - Palestra MAGNA: **REINALDO AZEVEDO** - '**Conjuntura da Política Nacional**'.

Reinaldo Azevedo, jornalista, é colunista da revista VEJA e da Folha de S. Paulo. É âncora do programa "Os Pingos nos Is" e comentarista do "Jornal da Manhã", ambos na rádio Jovem Pan. É autor de "Contra o Consenso" (Editora Barracuda), "O País dos Petralhas 1", "O País dos Petralhas 2" e "Máximas de um País Mínimo", os três pela Editora Record, e "Objeções de um Rottweiler Amoroso", pela Três Estrelas-Publifolha.

20h00 - Coquetel

20h30 - Jantar

Noite Livre

Dia 17/03/16



09h00 às 10h15 - Palestra: **WALDEZ LUDWING** - '**A empresa bacana: excelência, inovação, resultados e você**'.

Professor, consultor em gestão empresarial e palestrante, Waldez é formado em Psicologia pela Universidade de Brasília e em Teatro pela Fundação Brasileira de Teatro. Trabalhou como Analista de Sistemas durante vinte anos para órgãos e empresas públicas e privadas. Há 21 anos, como consultor independente, dedica-se à pesquisa da vanguarda em cenários e tendências da gestão das organizações.

10h15 - Coffee Break



10h45 às 12h15 - Palestra: **LUIZ PONDÉ** - '**Brasil 2016: Marasmo Econômico e Paralisação Política**'.

Filósofo, Doutor pela USP, pós doutorado pela Universidade de Tel Aviv, colunista da Folha de São Paulo, comentarista da TV Cultura, Professor da FAAP e da PUC-SP, autor de Dez Mandamentos (+Um), Ed Três Estrelas e Guia Politicamente Incorreto do Sexo, Editora Leya.

12h15 - Almoço

Tarde Livre

19h00 - Coquetel

19h30 - Show com Sérgio Rabello



20h30 - Jantar com Banda

Dia 18/03/16



10h00 às 11h30 - Palestra: **JOSÉ BELTRAME** - '**Segurança Pública, Desafios e Perspectivas para o Brasil**'.

Secretário de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Benincá Beltrame é formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria/Rio Grande do Sul, em Administração de Empresas e em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especializou-se em Inteligência Estratégica na Universidade Universo/ Rio de Janeiro e na Escola Superior de Guerra. Ingressou no Dep. de Polícia Federal no ano de 1981 como Agente de Polícia Federal, atuando principalmente na área de repressão e entorpecentes e na área de Inteligência Policial.

11h30 às 12h00 - Cerimônia de Encerramento

12h00 - Almoço

PALAVRA DE ORDEM: SUPERAÇÃO

É chegado o momento de dar um basta na onda de pessimismo que paralisa o país. Não existe fórmula mágica. O Estado não vai resolver os problemas da nação no curto prazo. Pelo contrário. Se depender das previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), voltaremos a crescer somente em 2018!

O que fazer nos próximos dois anos? Simplesmente se sentar e esperar a tormenta passar? Quem não agir agora talvez não sobreviva até lá.

Temos de virar a página, avançar!

Devemos nos espelhar em atitudes como as dos protagonistas que motivam a matéria de capa desta edição. As pessoas com deficiências têm de superar suas limitações físicas e, ainda, lutar contra o preconceito e a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Mas nada disso os abate. Independentemente de medalhas, são todos vencedores. Exemplos para toda a sociedade. Sem falar na luta diária das organizações que assistem esses verdadeiros heróis.

Nós, empresários de um setor de tamanha relevância para a sociedade, temos o dever de superar as adversidades, sem esperar o paternalismo do Estado.

Oferecer um serviço de segurança privada de qualidade é a chave para vencermos as vicissitudes. Temos de conhecer o mercado e nossos clientes, é claro, a fim de que possamos identificar e aproveitar as oportunidades, que, inexoravelmente, surgem em períodos de grande turbulência. Mas só isso não é suficiente. É preciso ampliar o leque, apreender o máximo de informações sobre as novidades jurídicas, tributárias, fiscais, econômicas, tecnológicas, de gestão, enfim, nas diversas áreas que podem impactar nossa atividade.

Por isso, friso a extrema relevância da participação efetiva dos associados nas ações realizadas ou apoiadas pelo SESVESP. Os cursos, presenciais e a distância, as palestras e eventos promovidos pelo sindicato são importantes ferramentas para a capacitação que promovemos em nossa sede e nas delegacias regionais.

Lembro a todos que o XII Fórum Empresarial do Setor de Segurança – FESP está chegando. Conclamo a todos a participar do maior evento anual realizado pelo SESVESP. É uma oportunidade única para trocar informações e aprimorar o conhecimento.

Dificuldade, de maior ou menor grau, tivemos e teremos sempre. Mas crises têm início e fim. Os empresários brasileiros já superaram várias. E vamos superar esta também.

Conto com a participação de todos. Forte abraço!



JOÃO ELIEZER PALHUCA
Presidente do SESVESP



10 CAPA

Parceiras do SESVESP capacitam portadores de deficiência para o esporte e o mercado de trabalho

06 COLUNA JURÍDICA

Convenção Coletiva de Trabalho 2016: Felipe Villarinho detalha o impacto do acordo para a categoria

08 ENTREVISTA

Deputado federal Laércio Oliveira: "Acredito que 2016 será de conquistas no Parlamento brasileiro"

18 ARTIGO

O futuro da segurança privada no Mercosul foi tema de debate em fórum da Fesesur na Argentina



13 EM FOCO

Etapa São Paulo da campanha nacional da PF contra a clandestinidade na segurança privada



14 EM PAUTA

Diego Viscardi explica as vantagens tributárias e do planejamento sucessório da *holding* familiar



22 OPINIÃO

Raul Corrêa da Silva: criatividade e conhecimento do mercado e do cliente superam recessão

EXPEDIENTE

Revista SESVESP

Órgão oficial do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo

Presidente: João Eliezer Palhuca

1º Vice-presidente: José Jacobson Neto

2º Vice-presidente: Waldemar Pellegrino Junior

Diretor de Comunicação e Marketing: José Evaldo Vieira

Produção Editorial: Scritta – www.scritta.com.br

Coordenação: Bete Hoppe

Redação: Bete Hoppe

Revisão: Júlio Yamamoto

Fotos: João Rubens Shinkado

Diagramação: Grazielle Tomé – Eco Soluções em

Conteúdo – www.ecoeditorial.com.br

Jornalista Responsável: Paulo Piratininga – MTPS 17.095

– piratininga@scritta.com.br

Impressão: Referência Gráfica

Tiragem: 2.500 exemplares

Endereço: Rua Bernardino Fanganiello, 691 -

CEP 02512-000 - São Paulo/SP

Telefone/Fax: 11 3858-7360

E-mail: decom@sesvesp.com.br

É permitida a reprodução total ou parcial das reportagens, desde que citada a fonte.

CONVÊNIO SESVESP E SSP/SP

Desde o fim do ano passado está em operação a central de informações do SESVESP, para receber denúncias dos vigilantes privados sobre ações suspeitas nas cercanias de seus postos de trabalho. A iniciativa faz parte do primeiro Convênio de Troca de Informações entre a segurança privada, representada pelo sindicato, e a Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP). As informações sobre ocorrências que possam representar um delito continuado serão repassadas à SSP/SP. Por exemplo, movimentações atípicas em residências, condomínios ou depósitos, na entrada e saída de veículos em garagens, e carga e descarga noturna em residências. De sua parte, a secretaria vai informar antecipadamente à segurança privada sobre situações que possam repercutir no trabalho do vigilante, como manifestações programadas, possibilidades de atos de vandalismo e tipos de roubos em determinadas áreas, entre outras.

Shutterstock



XII FESP

Fórum Empresarial de Segurança Privada do Estado de São Paulo

Inscrições:

* Associados Adimplentes:
R\$ 500,00 taxa
adicional: R\$ 800,00 taxa

De 16 a 18 de março de 2016
Casa Grande Hotel
Guarujá/SP

* Outras Empresas:
R\$ 1.100,00 taxa

Cada participante recebe 10 bilhetes com período
completo e acesso a todas as palestras.

Avante!



FÓRUM SAVE THE DATE

Promovido pelo SESVESP, o XII Fórum Empresarial de Segurança Privada do Estado de São Paulo – FESP será realizado de 16 a 18 de março, no mesmo local da edição anterior, o Casa Grande Hotel Guarujá, na Baixada Santista. Já estão confirmados os palestrantes Reinaldo Azevedo, jornalista político, Waldez Ludwig, professor e consultor em gestão empresarial, Luiz Felipe Pondé, filósofo e escritor, e José Beltrame, delegado federal e secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Associados em dia com suas contribuições têm condições especiais. Mais informações no site da entidade: www.sesvesp.com.br. Agende-se!

LEI VIGILÂNCIA EM EVENTOS

Desde 22 de janeiro, vigora a Lei Estadual nº 16.110, de 13 de janeiro de 2016, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação dos dados identificadores das empresas que prestam serviços de segurança por meio de vigilantes, nos estabelecimentos em que se realizem eventos”. A identificação deve ficar bem visível ao público no local e ser disponibilizada no site do estabelecimento, inclusive com imagem do alvará de funcionamento da empresa de segurança expedido pela Polícia Federal. Fruto da atuação conjunta do SESVESP com o Coronel Telhada (PSDB-SP), a nova lei é uma importante ferramenta para coibir a atividade de segurança irregular em casas de eventos com grande frequência de público.



Shutterstock



CURSOS EAD SEBRAE

Desde o ano passado, os associados do SESVESP têm acesso gratuito aos cursos de Educação a Distância (EAD) do Sebrae. Graças à parceria firmada com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, os profissionais têm a chance de atualizar-se sobre gestão empresarial. Os temas variam entre administração, comércio exterior, empreendedorismo, finanças, inovação e tecnologia, marketing & vendas, planejamento e recursos humanos. Rápidos e práticos, os cursos têm duração de 3 horas e podem ser acessados de todo computador com conexão à internet, em qualquer lugar do mundo, 24 horas. Mais informações sobre a programação e matrícula no site: www.sesvesp.com.br/sebrae/. Participe!





FELIPE VILLARINHO

RESULTADOS DA CONVENÇÃO COLETIVA **DE TRABALHO DA** **SEGURANÇA PRIVADA – JANEIRO/2016**

Advogado do SESVESP, especializado em direito do trabalho

Após quase um ano de reuniões mensais com os sindicatos laborais, os resultados obtidos com o fechamento da Convenção Coletiva para a categoria dos vigilantes, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, foram satisfatórios para todos.

Isso ocorreu porque o SESVESP sempre entendeu ser plenamente necessária a fixação de uma convenção na qual sejam estabelecidas condições básicas, específicas e dignas aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, viáveis e exequíveis à sobrevivência das empresas.

Esses acordos devem simultaneamente suportar o exercício da atividade econômica e preservar os postos de trabalho.

Assim, em meados de dezembro, na última reunião geral de 2015 com todos os representantes dos empregados e dos empregadores, foi negociada a aplicação do índice do INPC-IBGE acumulado do período de dezembro de 2014 a novembro de 2015, que representou um aumento nos salários de 10,97%.

O piso salarial do vigilante passou a ser de R\$ 1.351,78. Esse valor, com o acréscimo do adicional de 30% de periculosidade, de que os vigilantes fazem jus, aumentou o rendimento mínimo para R\$ 1.757,31.

A elevação percentual descrita traz reflexos diretos sobre todos os demais adicionais de lei, inclusive o adicional de periculosidade, bem como sobre os benefícios econômicos previstos na convenção coletiva, exceção feita ao vale-refeição, cujo valor unitário foi elevado de R\$ 17,68 para R\$ 20, ou seja, uma elevação de mais de 13%.

Dessa forma, o efeito combinado das alterações determinadas pela convenção coletiva,

“O SESVESP sempre entendeu ser plenamente necessária a fixação de uma convenção na qual sejam estabelecidas condições básicas, específicas e dignas aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, viáveis e exequíveis à sobrevivência das empresas”

relacionadas à mão de obra direta ou aos demais insumos da atividade, seria de 11,31%.

IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Entretanto, após a apuração e divulgação desse impacto, a sociedade foi surpreendida pela elevação de 8,57% do custo do vale-transporte, determinada por medida governamental. Assim, os contratos tiveram um aumento adicional de 0,37%, **o que culminou em um impacto final de 11,68% (onze inteiros e sessenta e oito centésimos percentuais).**

Recomendamos que as empresas negociem esse percentual com os seus tomadores de serviços. Havendo dificuldades na negociação, o SESVESP estará à disposição para mais esclarecimentos e auxílio.

ILEGALIDADE DA REDUÇÃO NA REMUNERAÇÃO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA

Em 4 de dezembro de 2015, ao apagar das luzes de um difícil ano para a economia brasileira, a prefeitura de São Paulo editou o Decreto nº 56.688/15, que dispõe sobre a *“implementação de política de redução de despesas de custeio, objetivando aumentar a capacidade de investimentos do município, no âmbito da administração municipal direta e indireta”*.

Para efetivar a política de redução de despesas, a “genial” ideia do alcaide foi propor a redução da já defasada remuneração das prestadoras de serviços terceirizadas à edilidade, entre as quais as empresas de segurança privada. A fim de “convencer” os fornecedores do município a aceitarem a redução de preço que lhes será proposta, o decreto prevê a possibilidade de “avaliar a necessidade” de manutenção dos contratos ou promover a redução do objeto.

É louvável a atitude de prevenir os impactos da crise econômica no orçamento, o que demonstra preocupação e compromisso com a responsabilidade fiscal. Mas o decreto, notadamente para o setor de segurança privada, cujos valores de remuneração são quase integralmente revertidos para o pagamento de salários, tributos e encargos fixos, definidos por lei e pela convenção coletiva da categoria, imporá grave ameaça de desequilíbrio na equação econômico-financeira dos contratos firmados com a administração municipal.

Os preços dos contratos atuais, principalmente aqueles prorrogados e/ou reajustados pelo índice oficial adotado pela municipalidade, estão aquém do necessário para repor a constante elevação dos custos a que fazem jus os trabalhadores, por força dos diversos dissídios coletivos da categoria, não havendo nenhuma margem para redução. Acresça-se o recente aumento dos custos dos serviços de segurança privada decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho para 2016, da ordem de 11,31% em relação aos valores de 2015. Há que se considerar que as empresas de segurança eletrônica, além da mão de obra, têm parte de seus custos relacionados aos equipamentos eletrônicos, atrelados ao dólar, que acumulou alta de 48,75% em 2015.

A Lei federal nº 8.666/93 determina que os valores pactuados devem ser corrigidos, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento firmado, como se depreende do § 1º do artigo 5º e do inciso XIV do artigo 40. O decreto municipal em tela desafia, ainda, a Lei federal nº 10.192/01, que veda e estabelece a nulidade absoluta de qualquer expediente, revisão ou reajuste contratual com periodicidade inferior a um ano. Do contrário, as empresas de segurança privada não terão alternativas senão promover o



DIOGO TELLES AKASHI, advogado do Sesvesp e sócio do escritório Maricato Advogados Associados

fechamento de postos de trabalho, impactando negativamente ainda mais a economia paulistana e, por consequência, a percepção de receitas pela municipalidade.

Ressalte-se que essas empresas geram milhares de empregos e colaboram substancialmente para minorar a crise na cidade; além dos impostos recolhidos, as remunerações pagas movimentam o comércio; indiretamente, contribuem com a prefeitura, pois o cidadão empregado pressiona menos os órgãos públicos de assistência social, segurança pública, saúde, educação etc.

Deve haver um esforço da prefeitura para garantir a justa remuneração das empresas de segurança privada contratadas pela municipalidade, de modo a assegurar a qualidade desses sensíveis e importantes serviços para o funcionamento dos órgãos públicos, bem como a manutenção dos postos de trabalho gerados, o que, além de dever legal, é salutar para o bom andamento da economia paulistana e do orçamento municipal.

MENOS TRIBUTOS, MAIS

Formado em administração de empresas e pós-graduado em gestão empresarial, o deputado federal Laércio Oliveira (Solidariedade-SE) é vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Sergipe (Fecomercio/SE).

Por sua marcante atuação no Congresso Nacional em defesa do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, ele foi um dos três melhores deputados federais do Brasil, de acordo com pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, publicada na revista *Veja* em dezembro de 2013. No ano passado, foi considerado um dos parlamentares mais influentes do Congresso pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Eleito em 2010 e reeleito em 2014, Laércio Oliveira encampa seu mandato na defesa do setor produtivo, da geração de emprego e da qualificação profissional dos brasileiros. Com exclusividade para a **revista SESVESP**, o parlamentar aborda temas caros aos empresários: o aumento do PIS e da Cofins, a terceirização e o Estatuto da Segurança Privada.

Revista SESVESP: Quais são os reflexos no setor de serviços do aumento do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) proposto pelo governo?



Lamentavelmente, o governo continua insistindo no aumento dos impostos, um absurdo, diante da já estrondosa carga tributária. Estou à frente de uma mobilização nacional contra esse aumento. Vamos circular por dez capitais do país para convocar os empresários a resistir a esse aumento. As principais consequências da mudança proposta pelo governo, que altera a cobrança do PIS e da Cofins, serão desemprego, aumento de preços e inflação. O au-

mento da cobrança desses tributos vai elevar em cerca de 5% a tributação para as empresas prestadoras de serviços, o que vai agravar ainda mais o cenário preocupante de estagnação econômica no país. O aumento da carga tributária em vários setores da economia vai resultar no repasse para o consumidor. O PIS e a Cofins são pagos por empresas de todos os setores e ajudam a financiar a previdência social e o seguro desemprego. Pela proposta em estudo,

PRODUÇÃO E EMPREGO

setores como construção civil, educação e serviços, que agora pagam a alíquota menor, de 3,65%, migrariam para a maior, de 9,25% do faturamento, e haveria um sistema de compensação. Mas, para compensar mais, é preciso ter um produto que possa ir para a prateleira, o que não é o caso do setor de serviços.

RS: Quais são as ações em curso do movimento 'Mobilização nacional contra o aumento do PIS/Cofins'?

Tenho insistido na participação dos empresários nos encontros e nas futuras mobilizações no Congresso Nacional. É a única maneira de evitarmos o aumento do imposto. Estamos envolvendo a grande mídia, que tem dado grande cobertura aos eventos. Infelizmente, a maioria não participa. Sobra a conta para pagar.

RS: Há esperança de que os tributos não aumentem?

Sem mobilização, efetiva participação dos empresários nos gabinetes dos parlamentares e sem a ajuda da mídia, acho difícil vencermos.

RS: Quais são os benefícios para empresários e trabalhadores do PLC 30/2015, que regulamenta a terceirização no Brasil?

São vários os benefícios, todos já pactuados. O PLC 30/2015 está pronto para ser votado no Senado, e tenho como certo que será aprovado e se tornará lei muito em breve. Apesar dos embates que ainda teremos no Senado, pois o debate político de ideias é natural, acredito muito na vitória.

RS: Quais são as perspectivas de que o projeto seja aprovado no Senado? Continuo participando das discussões nas comissões e no colégio de líderes do Senado. O PLC 30/2015 tornou-se

“O PLC 30/15 está pronto para ser aprovado no Senado, e tenho como certo que será aprovado...”

uma necessidade do país, daí a concreta possibilidade de êxito. A terceirização precisa ser aprovada para que haja segurança jurídica nas contratações. Além disso, o atual momento da economia contribui favoravelmente para a sua aprovação, pelas vantagens que a terceirização proporciona, principalmente em momentos de crise.

RS: O setor estava otimista com a aprovação do Estatuto da Segurança Privada pela Comissão Especial da Câmara, mas parou aí, o texto ainda nem tem data prevista para ser apreciado no plenário. Por que não seguiu, já que tramitava em regime de prioridade pela Casa? Alguma chance de ser apreciado, votado, e aprovado no Senado logo na volta do recesso parlamentar?

Todos acompanham o ambiente ruim que a Câmara dos Deputados vive atualmente. Muita coisa boa deixou de ser realizada nos dois últimos meses de trabalho, exatamente por causa da crise institucional vivida pela presidência da Casa. Acredito que tenha sido melhor preservar o projeto e esperar o momento para votar. Muita coisa ainda poderá ocorrer. Vale lembrar que o Estatuto da Segurança Privada não é consenso no colégio de líderes tampouco no plenário. Será preciso muito trabalho ainda. Sou otimista pela aprovação do estatuto e darei minha forte contribuição. Vai dar certo.

RS: Qual é a participação da Frente Parlamentar Mista em defesa do setor de serviços na elaboração de políticas públicas?

A frente de serviços, hoje vinculada à Frente Parlamentar de Comércio e Empreendedorismo, trabalha em defesa do reconhecimento do setor de serviços como atividade indispensável para o PIB [Produto Interno Bruto] do Brasil. O objetivo da frente é ser ouvida pelo governo – o setor de serviços – para a formulação de políticas públicas e de desenvolvimento, o que nunca ocorreu. Somente a participação efetiva dos empresários permitirá que isso aconteça. Meu papel, como deputado totalmente identificado com o setor de serviços, é estimular a participação de todos. A única chance é a participação.

RS: O que os empresários do setor de serviços, sobretudo os ligados à segurança privada, podem esperar para 2016?

Vou continuar defendendo o setor incondicionalmente. Vou trabalhar para aprovar o maior número de projetos possível para o fortalecimento da atividade de serviços – a minha atividade –, que acredito e confio. Meu apelo é para que participem comigo. Sozinho nada posso fazer pelo setor de serviços. Acredito que 2016 será um ano de conquistas no Parlamento brasileiro. Podem ter certeza de que eu farei a minha parte.

RESPONSABILIDADE CAMPEÃ

Entidades parceiras do SESVESP preparam portadores de deficiência para o esporte e o mercado de trabalho

Campeão em 1992 na Olimpíada de Barcelona (Espanha) e vice em 1984, em Los Angeles (Estados Unidos), Amauri Ribeiro foi técnico da Seleção Brasileira Paralímpica de Vôlei de 2004 até 2009, quando assumiu a presidência da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes – CBVD, e continua a treinar a equipe do Clube dos Paraplégicos de São Paulo – CPSP, antigo Cruz de Malta. “A maioria dos jogadores é vítima de acidentes, sobretudo de moto. O esporte trabalha o psicológico e o físico, e a recuperação é muito rápida e estimula a voltar a estudar e trabalhar. É a melhor ferramenta para resgatar a autoestima e incentivar a volta ao convívio social.”

Vencedora do brasileiro de 2015, entre outros campeonatos, a equipe masculina é a base da seleção brasileira da modalidade, com seis atletas convocados para a Paralimpíada de 2016. “Já alcançamos conquistas importantes, como o bicampeonato no Parapan-americano, e acredito que

podemos brigar pelo ouro nos Jogos do Rio de Janeiro”, confia Amauri. Segundo ele, o apoio do SESVESP beneficia diretamente cerca de vinte atletas. “O patrocínio, que vem desde 2007, é utilizado para pagar os profissionais que cuidam da equipe, comprar equipamentos e prover ajuda de custo aos atletas”, explica o técnico.

Entre os cerca de 42 alunos de natação da Associação Paradesportiva JR SP, dois integraram a seleção brasileira no *Global Games*, realizado em Guayaquil (Equador) em 2015, além dos técnicos Roberto Di Cunto e Cristina Heitzmann. O Brasil amealhou duas medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze, a maior campanha



Magic Hands, mantido pela ADD

Fotos: divulgação



Shutterstock

em mundiais. Os dois atletas da entidade foram campeões no revezamento 4x50m livre, estabelecendo recorde mundial; vices nos 50m borboleta e revezamento 4x50 medley e terceiros no revezamento 4x100m livre e revezamento 4x100 medley. Ainda não estão confirmados para o Rio 2016, mas a esperança é grande. “Vamos disputar entre os cinco medalhistas”, acredita Di Cunto, treinador e fundador da associação.

O foco não se limita ao alto rendimento. Atualmente, a entidade tem alunos de 8 a 62 anos. Todos participam de competições ajustadas a suas limitações, em quatro níveis. A faixa etária da equipe forte vai de 18 a 36 anos, em média. “Recebemos doações de material e colaborações eventuais, mas praticamente só o SESVESP contribui com dinheiro, que já beneficiou cerca de 70 atletas desde 2008, quando iniciamos a parceria”, explica Di Cunto. “A verba ajuda muito, porque as contas caem todo



Clube dos Paraplégicos de São Paulo



Associação Paradesportiva JR

mês e têm de ser pagas em espécie. Para arrecadar fundos, fazemos muitos eventos, como bingo, churrasco, rifa, enfim, a maior dificuldade é conseguir dinheiro.”

Para o técnico, vencer é sempre bom, mas para esses atletas o reconhecimento, o elogio, os aplausos são tão importantes quanto uma medalha. “Além de saúde e bem-estar, o esporte também propicia independência e responsabilidade. Treinar e competir, para eles, já é uma vitória”, avalia Di Cunto.

AUTONOMIA E INTERAÇÃO SOCIAL

Para a diretora-executiva do Instituto Mara Gabrilli (IMG), Camila Benvenuto, a prática esportiva, que melhora as condições psíquicas e físicas das pessoas em geral, para o deficiente tem o poder de reabilitar, de recuperar a autoestima e a autoconfiança. “Além de ganhos em autonomia e interação social, o que é essencial para combater o preconceito. É por meio do esporte que o deficiente físico pode explorar e ampliar suas potencialidades e minimizar suas limitações”, analisa.

Camila diz que mais de 20 atletas já foram beneficiados pela parceria com o SESVESP. “Os apoiadores são importantes, pois nos ajudam a viabilizar melhores condições de infraestrutura, treinamento e o suporte necessário para a participação dos atletas em competições nacionais e internacionais do calendário oficial paralímpico e em provas preparatórias.” Levantamento de peso e arremesso de disco são duas provas que contarão com a presença de atletas com deficiência visual e auditiva do IMG.

Segundo Sileno Santos, que há mais de onze anos treina o *Magic Hands*, time de basquete sobre rodas mantido pela Associação Desportiva para Deficiente (ADD), o apoio do SESVESP é fundamental para garantir a estrutura básica do projeto. “Com o patrocínio, já beneficiamos diretamente mais de 160 atletas. A verba nos auxilia nos deslocamentos para treinos e jogos, na alimentação e na aquisição e manutenção do material esportivo, a participar de campeonatos e ajudar os atletas em sua formação profissional, com orientações e encaminhamento para o mercado de trabalho.”

A performance da equipe é digna de nota: campeã brasileira e paulista de 2014, bronze no Parapan-americano de Toronto, em 2015, e três atletas convocados para defender o Brasil na Paralimpíada de 2016 no Rio. “As vitórias são fruto da disciplina, da dedicação à rotina diária de três horas de treinamento físico, tático e preparação emocional”, avalia o treinador.

DAS QUADRAS PARA A SALA DE AULA

Desde o início do relacionamento com o SESVESP, há cerca de sete anos, o Instituto Hippocampus de Psicologia (IHpsi) já formou gratuitamente cerca de 2.600 portadores de deficiência para o mercado de trabalho, em cursos realizados em São Paulo, Osasco, Campinas, Santos e São José dos Campos. “No último trimestre do ano passado, 150 desses profissionais diplomados foram contratados”,



Instituto Hippocampus de Psicologia



Instituto Mara Gabrilli

comemora Mário Andreoli, coordenador da entidade.

O pacto recente celebrado entre o IHpsi e o sindicato permitiu ao instituto introduzir o curso de capacitação para a área de recursos humanos das empresas, com o objetivo de apresentar as ferramentas e opções para a implementação de um programa de inclusão de pessoas com deficiência nas corporações, que já contou com a participação de 94 empresas.

Mais do que cumprir o termo de compromisso para inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados do INSS no mercado de trabalho, firmado pelo SESVESP com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), patrocinar essas entidades é uma questão de cidadania para o sindicato, de cumprir seu dever social.

QUER CONTRIBUIR? CONTATE!

ADD:

(11) 5011-6133 E 99424-7893
ELIANEMIADA@ADD.ORG.BR

ASSOCIAÇÃO PARADESPORTIVA JR SP:

(11) 3484-7562 E 99645-2653
JRPARADESPORTO@UOL.COM.BR

CLUBE DOS PARAPLÉGICOS DE SÃO PAULO – CPSP:

AMAU@CBVD.ORG.BR

INSTITUTO HIPPOCAMPUS DE PSICOLOGIA – IHPSI:

(11) 4305-8696

INSTITUTO MARA GABRILLI – IMG CONTATO@IMG.ORG.BR

CLANDESTINIDADE DENUNCIE!

ISTO É
ILEGAL

COMBATE À CLANDESTINIDADE

SESVESP na etapa São Paulo da Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina da Polícia Federal

Realizada pela Polícia Federal (PF), em parceria com a Fundação Brasileira de Ciências Policiais (FBCP) e com o apoio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST), a Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Segurança Clandestina foi lançada em junho passado, em Brasília.

Com o objetivo de alertar e conscientizar a sociedade em geral sobre os riscos de contratar serviços de segurança privada de empresas irregulares, sem a autorização de funcionamento da PF, a maior campanha do Brasil em defesa do setor vai percorrer o país de norte a sul.

O SESVESP encampou o lançamento da primeira etapa regional da campanha, realizado na superintendência regional da Polícia Federal do Estado de São Paulo, na capital paulista, em 7 de dezembro. Pela sua importância, o evento reuniu empresários, autoridades e representantes do órgão público e das entidades patronais de segurança privada nacional.

“É a primeira vez que a FBCP, a FENAVIST e o SESVESP realizam um trabalho conjunto para esse fim e com essa magnitude”, enalteceu o presidente do sindicato, João Eliezer Palhuca. “Nunca conseguimos mobilizar tantas pessoas, de todos os estados, em prol dessa causa, tão relevante para todos os envolvidos com a segurança privada pelo mal que as clandestinas causam ao setor, à população e à economia do país.”

A então coordenadora-geral de Controle de Segurança Privada da Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal, Silvana Helena Vieira Borges – hoje na coordenadoria-geral de Polícia de Imigração –, frisou que a cooperação da sociedade é de suma importância para banir as clandestinas do mercado. “Mas, para que o cidadão não contrate uma irregular, é preciso que ele saiba reconhecer quando a empresa é regular”, explicou. “Ele também precisa saber que o órgão regulador e fiscalizador é a Polícia Federal e que ele pode

ajudar a combater a ilegalidade denunciando. Por isso, a relevância desta campanha.”

Palhuca apresentou recente pesquisa sobre a visão da segurança privada no estado, realizada pelo SESVESP com policiais, profissionais e tomadores de serviços de segurança, jornalistas e público frequentador de shopping centers. O estudo revelou que a segurança privada é considerada muito importante pela população, contudo, a imagem da atividade é associada à falta de preparo suficiente de seus profissionais.

“A sociedade não discerne a real diferença entre as atribuições dos vigilantes regulares e os clandestinos. E as notícias sobre ocorrências envolvendo profissionais de segurança, que imputam aos vigilantes regulares a responsabilidade por infrações cometidas pelos clandestinos, também contribuem para confundir a população e manchar a imagem de todo o segmento legalmente constituído”, analisou Palhuca, que explanou, ainda, as obrigações legais das empresas, os riscos na contratação de clandestinas e o Certificado de Regularidade em Segurança (CRS), instituído pelo SESVESP.

Silvana Vieira Borges recebeu de João Palhuca um documento relacionando 40 empresas clandestinas, cujas denúncias foram confirmadas pelo SESVESP. “Rogamos para que missões como esta ocorram com maior frequência, para que possamos erradicar a clandestinidade”, concluiu ele.

O SESVESP vai acompanhar e manter a categoria informada sobre o resultado da campanha.



CLIQUE AQUI
PARA ACESSAR A
GALERIA DE
FOTOS DO EVENTO

HOLDING FAMILIAR: VANTAGENS TRIBUTÁRIAS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Shutterstock



DIEGO VISCARDI

Especialista em sucessão familiar e governança corporativa do escritório Marcusso e Visintin Advogados Associados

O planejamento sucessório é uma solução jurídica que permite à pessoa estabelecer a sucessão patrimonial e empresarial em vida, a fim de minimizar conflitos familiares, preservar o patrimônio e reduzir a carga tributária, e a inserção de cláusulas restritivas aos herdeiros evita a dilapidação dos bens.

Ao se constituir uma sociedade empresarial, o patrimônio da pessoa física é integralizado no capital social, podendo incluir bens móveis e imóveis, participações societárias e investimentos. Depois, transferem-se as quotas da sociedade aos herdeiros por doação, divididas conforme a vontade dos doadores, respeitando-se os limites legais, com cláusulas restritivas de inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade e reversão.

Na condição de usufrutuários e administradores, os patriarcas manterão o controle e a gestão sobre a sociedade após a integralização dos bens. Suas autorizações são obrigatórias em todos os atos que envolvam a sociedade.

INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da *holding* familiar será composto dos bens pertencentes ao patriarca. As participações societárias poderão ser integrali-

zadas. A fim de evitar a contaminação do patrimônio imobiliário com o da empresa operacional, recomenda-se dividir o planejamento sucessório: uma empresa gerencia os imóveis, outra administra as participações societárias. Feito isso, o patrimônio imobiliário não comunicará com o risco de sua atividade operacional.

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI

O ITBI é um tributo municipal, que tem como fato gerador a transmissão *intervivos*, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bens imóveis. Conforme a Constituição federal, o ITBI não incidirá sobre a integralização de capital social, salvo quando a atividade preponderante dos bens seja a compra e venda e a locação. Mesmo que se pague o ITBI, a constituição da *holding* é vantajosa, pois esse valor será compensado em poucos meses, com a redução do pagamento de Imposto de Renda da Pessoa Física.

■ QUESTÕES TRIBUTÁRIAS LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

A *holding* para gerir o patrimônio imobiliário deve ser regida pelo lucro presumido. A tri-



butação sobre as receitas de locação é de 11,33%, incluindo o IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Já a tributação sobre as receitas de aluguéis de pessoa física é de 27,5%, pela tabela progressiva. A transferência dos bens imóveis propicia redução significativa da carga tributária: tributam-se os rendimentos pela alíquota de 11,33%, contra 27,5% para pessoa física.

GANHO DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Para pessoa física que aliena um imóvel, a carga tributária é de 15% sobre o ganho de capital auferido, ou seja, o valor da venda subtraído do valor informado na declaração de Imposto de Renda. Na venda de imóvel, a carga tributária para a *holding* é de 5,93%, mais o adicional, totalizando uma dízima periódica de cerca de 6,73% sobre o valor total da alienação, e não sobre o ganho de capital propriamente dito, como na tributação para pessoa física.

■ DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ASPECTO DA SUCESSÃO

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO - ITCMD

O ITCMD é um tributo estadual, que incide sobre doações e *causa mortis*. Na *holding*, a sucessão realiza-se ainda em vida, o que reduz e elimina os impostos de um futuro processo de inventário dos bens partilhados. Na doação de quotas com reserva de usufruto, a tributação do ITCMD é segregada, e o recolhimento se dá em dois momentos: 1º) na instituição do usufruto, na doação, e 2º) na extinção do usufruto, na *causa mortis*.

Na *holding*, a família pode se planejar para o recolhimento do tributo. O espólio será reavaliado pelo Estado e tributado sobre o valor de mercado, e o ITCMD deverá ser quitado em parcela única, o que, com a taxa judiciária e os honorários advocatícios, eleva a carga tributária. No estado de São Paulo, por exemplo, a tributação do ITCMD tem alíquota de 4%. Com a baixa arrecadação, alguns estados aumentaram a taxa do tributo, o que deve se repetir em São Paulo. O Conselho Fazendário protocolou no Senado uma proposta para majorar a alíquota até 20%.

A Constituição federal prevê aumento de até 8% e muitos estão usando o índice proposto na Assembleia Legislativa estadual, que poderá ser cobrado após 90 dias da sua publicação.

Elaborar o planejamento sucessório agora é fundamental, para aproveitar as atuais alíquotas do ITCMD. A sucessão em vida antes da alteração nos índices evitará a majoração sobre a transferência do patrimônio na *causa mortis*.

DOAÇÃO DE QUOTAS COM RESERVA DE USUFRUTO

A doação de quotas com reserva de usufruto determinará a divisão do patrimônio entre os herdeiros, e, conforme as cláusulas de restrição, evita-se a dilapidação do patrimônio no curto e médio prazo. O patriarca passa a instituir-se como usufrutuário e administrador, mantendo-se no controle do patrimônio da *holding* até a sua morte. Todo

ato que envolva a sociedade praticado pelos herdeiros sem sua autorização será inválido. Antes do falecimento, é como se não tivesse ocorrido doação, pois o patriarca efetuou a doação apenas da nua-propriedade, a qual será gravada com cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade, impenhorabilidade e reversão.

► **Cláusula de inalienabilidade:** os herdeiros ficarão impedidos de alienar as quotas recebidas, o que evita a dilapidação do patrimônio da sociedade após a morte do patriarca, pois a cláusula pode ser em caráter vitalício.

► **Cláusula de incomunicabilidade:** as quotas doadas serão propriedade exclusiva do herdeiro, não se comunicando em caso de divórcio, mesmo que ele seja casado em comunhão universal de bens. No planejamento sucessório com a constituição da *holding*, o patrimônio da empresa será incomunicável com o cônjuge do sócio donatário, independentemente do regime pactuado.

► **Cláusula de impenhorabilidade:** protege as quotas da sociedade de futuros processos nos quais os herdeiros ou a sociedade venham a ser devedores.

► **Cláusula de reversão:** no caso de morte de algum herdeiro antes do patriarca, as quotas retornarão à titularidade do doador sem nenhum ônus.

CONCLUSÃO

Transferir aos herdeiros sem planejamento, via inventário, já se mostrou nebuloso para muitas empresas e patrimônios. A disputa pelo poder e pelos bens provoca uma crise de gestão, com prejuízos a todos os envolvidos. Planejar a sucessão com a constituição de *holding* familiar é pensar no futuro do patrimônio e da família; é propiciar aos descendentes o conforto e a segurança financeira e jurídica. A *holding* é a solução para as transferências necessárias e para estender a longevidade do grupo empresarial e familiar.

JOGOS OLÍMPICOS PODEM DESFALCAR A SEGURANÇA PÚBLICA



JEFFERSON FURLAN NAZÁRIO

Presidente da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST)



Faltando menos de um ano para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e outras capitais, alguns pontos importantes para o funcionamento do torneio mundial ainda não estão definidos. É o caso da segurança.

No final da Copa do Mundo Fifa 2014, realizada no Brasil, soube-mos que seriam contratados aproximadamente 16 mil profissionais de segurança privada para reforçar a segurança nos espaços e regiões envolvidos com a Olimpíada.

Em março de 2015, o secretário da Secretaria Extraordinária de Segu-

rança para Grandes Eventos (SESGE/MJ), ligada ao Ministério da Justiça, Andrei Rodrigues, anunciou que os governos federal e estadual assumirão a segurança interna e patrimonial das 159 instalações olímpicas durante os Jogos Olímpicos de 2016. Com isso, ficou decidido que os milhares de seguranças particulares, que inicialmente fariam o trabalho, serão substituídos por forças policiais.

A decisão foi duramente criticada pela nossa federação, pois tende a prejudicar o trabalho de patrulhamento das cidades durante a realização da Olimpíada e fragilizar a segurança pública no decorrer do evento. O Brasil conta com 700 mil profissionais de segurança privada ativos, com registro profissional emitido pela Polícia Federal e capacitações que autorizam, inclusive, o porte de arma. Esse recurso foi essencial para garantir a segurança na Copa do Mundo de Futebol de 2014. Sem esse aparato, os Jogos Olímpicos e, principalmente, a população perderão em segurança.

Além da possibilidade de não haver segurança privada na competição, enfrentamos outro problema: o atraso na definição. As empresas ou os consórcios que estiverem certos de que vão trabalhar no evento se prepararão com antecedência para reunir pessoal, matricular profissionais em cursos especializados, preparar treinamentos de simulação e o que mais for necessário. Tais iniciativas de capacitação representam custos adicionais, que somente serão assumidos com a certeza da prestação dos serviços.

“O que não pode ocorrer é a população perder segurança pública durante a competição, quando temos serviços privados capacitados para suprir a demanda e garantir o bom funcionamento do evento”

Havendo planejamento e tempo hábil, o Brasil certamente não repetirá as sérias dificuldades em segurança enfrentadas na Olimpíada de Londres, em 2012, o que motivou a entrada de militares das Forças Armadas para garantir a segurança do evento.

O que não pode ocorrer é a população perder segurança pública durante a competição, quando temos serviços privados capacitados para suprir a demanda e garantir o bom funcionamento do evento.

A FENAVIST enviou uma carta ao secretário Andrei Rodrigues, que trata sobre a estratégia equivocada de não contar com a segurança privada nos Jogos Olímpicos de 2016. Uma reunião para discutir o assunto seria marcada, mas nenhum passo foi dado, e a incerteza sobre o funcionamento da segurança durante a competição ainda persiste.

A CRISE FINANCEIRA DO BRASIL AFETA TAMBÉM A ESCOLTA ARMADA



Shutterstock



AUTAIR IUGA

Presidente do Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (SEMEESP)



Em 2016, estamos colhendo os maus frutos do desempenho financeiro do Brasil, certamente. Com a inflação beirando os 12% em 2015, os negócios diminuíram significativamente, o que fez com que as vendas caíssem, os transportes diminuíssem e os consumidores também consumissem menos. Com o dólar nas alturas, as atividades portuárias também diminuíram – um pequeno fôlego foi dado aos exportadores, que vendem na moeda americana.

Pois bem, o empresário de escolta armada, que também está sentindo os efeitos negativos dessa situação, ainda tem atrelado a isso o aumento do custo de mão de obra, reajustado em 11%, o que representa um impacto de 11,32%, e os altos preços dos combustíveis, que aumentaram três vezes em pouco espaço de tempo, além do aumento dos pedágios, é claro.

Os empresários de escolta armada e transporte não conseguem entender **por que pagar o maior preço do mundo pelo petróleo**, uma vez que o valor do barril está abaixo dos R\$ 30 no mundo e sempre noticiam que nosso preço é atrelado ao preço externo? Ora, se no exterior caiu tanto, por que aqui no Brasil não? Por quê?

A matemática fica cada vez mais difícil, já que as empresas são obrigadas a reajustar os salários de seus funcionários e os clientes tomadores dos serviços não correspondem à expectativa, assimilando muito pouco, quase nada ou nada!

A orientação do SEMEESP é para que as empresas de escolta armada se especializem cada vez mais em logística, a fim de saber utilizar seus meios com mais eficiência, negociem com todos seus fornecedores e fiquem alertas para a gestão de benefícios e as ações trabalhistas, que muitas vezes inviabilizam os seus negócios, chegando, inclusive, a falência.

Nos momentos difíceis temos de estar mais unidos, com ideias coesas, que possam trazer benefícios nas negociações de vários insumos consumidos por todas as empresas, como fardamento, armamentos e munições, seguro de vida e assistência médica, entre outros, criando massa de consumo e buscando incessantemente o melhor preço, a ser externado a todos os associados.

Creio que a frase para o momento é: “Atravessarmos esse grande rio de correnteza forte, perdermos a barriga, mas chegarmos vivos ao outro lado da margem”. O caso, realmente, é de sobrevivência!

O desemprego cresce a cada dia, e as dificuldades são tamanhas que temos de girar a roda de forma diferente e sermos eficientes e criativos. Fôlego e coragem a todos em 2016!

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO



JOSÉ JACOBSON NETO, presidente da ABREVIS



VICTOR SAETA DE AGUIAR, diretor da ABREVIS

Mais uma vez, o nosso setor deu provas de maturidade ao concluir antes do prazo as negociações sobre a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) referente ao ano de 2016 na maioria dos estados. Tanto os representantes laborais quanto os patronais tiveram a consciência para encontrar um denominador comum, que contemplou os interesses de ambos os lados. Foram reuniões de intensas discussões e apresentações de razões para que cada lado expusesse sua visão sobre as novas regras que vão ditar a relação capital-trabalho no ano de 2016.

O que se espera a partir de agora é que haja um fortalecimento das negociações, que tanto os sindicatos patronais quanto os laborais se esforçaram para conseguir.

Durante os anos em que nossas entidades sindicais vêm mantendo um relacionamento respeitoso e principalmente responsável em relação às várias crises que o Brasil atravessou, e atravessa, sempre houve a preocupação de chegarmos ao melhor acordo possível, de forma a contemplar os anseios dos trabalhadores e a capacidade de pagamentos das empresas, sem que isso viesse causar danos ao setor com a retração de contratantes, que poderiam ser atingidos caso os valores se tornassem impraticáveis.

JUSTIÇA DO TRABALHO

A grande preocupação a partir de agora é que os termos, que já foram assinados e registrados entre as partes interessadas, transformem-se em uma grande incógnita na Justiça do Trabalho. De que forma poderemos confiar?

Fizemos um enorme esforço. Aparamos arestas. Respeitamos os pleitos dentro das possibilidades. E os trabalhadores buscaram adequar-se à realidade e igualmente deram sua colaboração para que chegássemos a bom termo.

Mas toda essa fantástica movimentação será respeitada pelos tribunais trabalhistas? O que podemos esperar do órgão maior que vai dirimir e julgar nossas ações? O que prevalecerá? O negociado entre as partes ou o julgado pelos juízes?

Se um setor importante como o nosso consegue unir anseios e seguir na mesma estrada, por que as instâncias judiciais não reconhecem esse acordo como totalmente válido? Muitas vezes, em casos de quaisquer impasses, contrariam o texto, alegando que a lei é mais forte do que o entendimento.

Quando qualquer questão chega à Justiça para ser esclarecida e julgada, geralmente os nossos julgadores travestem-se de distribuidores de justiça social, não reconhecendo os termos dos ajustes convencionados na CCT. Em julgamentos que deveriam ater-se a questões técnicas e realmente ocorridas, desafinam e “tocam violino com serrote”, decretando sentenças esdrúxulas e carentes de maiores considerações legais. Sabemos todos do caráter paterna-

lista com que as ações são julgadas. Por quê?

Tanto as reclamadas quanto os reclamantes estão sujeitos a ser condenados caso descumpram suas obrigações. Essas obrigações estão inseridas nos termos acordados na CCT e são respeitados pelos seus signatários.

Por quais razões a Justiça ignora os termos e alega a lei maior para descumprir o que lhe foi apresentado como documento oficial de tratativas entre as partes? Por que não reconhecer a equivalência entre o negociado e o legislado?

Como vemos, as perguntas se acumulam sem que tenhamos resposta para nenhuma delas.

SEM PROTECIONISMOS

A iniciativa privada tentou algumas vezes encontrar caminhos mais fáceis para a resolução dos conflitos. Quando houve a promulgação da Lei nº 9.307, em 1996, tentamos estabelecer a arbitragem trabalhista e, mesmo com a adoção desse instrumento legal, a Justiça do Trabalho não reconhecia totalmente as decisões, aceitava as ações paralelas e promulgava sentenças contrárias ao arbitrado.

A Justiça trabalhista ainda julga o empregado hipossuficiente e, dessa forma, procura protegê-lo.

“...sempre houve a preocupação de chegarmos ao melhor acordo possível, de forma a contemplar os anseios dos trabalhadores e a capacidade de pagamentos das empresas”

Ocorre que proteger o empregado não significa desproteger o patrão. Ambos têm direito a ter seus argumentos analisados e suas razões preservadas à luz do direito.

Há reclamadas merecedoras de condenações, assim como reclamantes que se utilizam desse paternalismo para conseguir indenizações indevidas e, muitas vezes, até imorais. O que se espera é que em ambos os casos haja um

julgamento isento de protecionismos.

Voltando ao tema inicial, já vivemos sob a CCT vigente para este ano. Não foi fácil chegar ao entendimento, que obtivemos por meio de muitas reuniões, que demandaram horas de trabalho e tensão. Temos de ter esse esforço reconhecido. Vamos esperar que a Justiça seja mais Justiça do trabalho do que Justiça trabalhista. Os termos diferem entre si. Basta analisar.

“O que se espera a partir de agora é que haja um fortalecimento das negociações”

A Federação de Câmaras e Associações de Empresas de Segurança Privada dos Países do Mercosul – FESESUL realizou sua reunião semestral na cidade de Buenos Aires, na Argentina, em 22 de janeiro passado, na sede da Cámara Argentina de Empresas de Seguridad e Investigación – Caesi.

Além dos assuntos abordados por cada país participante, ocorreu a eleição da diretoria da entidade, na qual a ABREVIS detinha o cargo de presidente e liderava a diretoria financeira.

Não acorrem registros de chapas concorrentes nas eleições da FESESUL, assim, o presidente da Caesi, Aquiles Gorini, foi eleito presidente por aclamação. Ele exercerá o mandato pelos próximos três anos. A



Divulgação

diretoria financeira continuará com a ABREVIS. Aguardamos a nomeação dos demais membros da diretoria para divulgar o novo corpo diretivo completo.

SEGURANÇA FÍSICA E LÓGICA RUMO À SEGURANÇA INTEGRAL



TÁCITO AUGUSTO SILVA LEITE, presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG) e *security officer* da Indra no Brasil



ABSEG
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA

Pesquisa recente realizada pelo Gartner aponta que as grandes empresas estão mais amadurecidas em relação à gestão e às práticas de governança de segurança da informação. Um sinal positivo, principalmente na era em que vivemos, a da internet, em que o acesso à informação está cada vez mais fácil e rápido. Mas, e a segurança física? Como as empresas entendem a relação e a distinção do que é física e lógica e como gerenciá-las de forma estratégica?

A estratégia deve ser a mesma, e explico o porquê. Se criminosos desencadearem ações contra organizações no mundo cibernético, as consequências impactam o mundo real. Os controles necessários para mitigar os riscos relacionados a cada um desses ativos (virtual ou físico) podem ser diferentes, mas a forma de planejar deve ser semelhante. Por trás do universo virtual existem pessoas, e, simplesmente por esse fato, os riscos estão relacionados a elas. Coloco como exceção os fenômenos naturais, como enchente, terremoto, epidemias, entre outros. A própria norma ISO 27002 de 2013, da segurança da informação, também aborda a segurança física em uma de suas seções.

Os conceitos largamente atribuídos à segurança da informação, como integridade, disponibilidade e confidencialidade, também podem ser atribuídos a outros ativos da organização. Uma empresa precisa da integridade e disponibilidade de seus funcionários e de suas instalações comerciais, por exemplo. Já a confidencialidade vai além dos sistemas computacionais. Quantos casos foram revelados por meio de conversas de corredor, no aeroporto ou em uma mesa de bar?

Nessa linha de raciocínio, se não existir a integração das “seguranças”, o conhecimento dos funcionários, os processos e documentos impressos, por exemplo, fica-

“Por trás do universo virtual existem pessoas, e, simplesmente por esse fato, os riscos estão relacionados a elas.”

riam sem proteção, pois hoje não está bem definido se estão no escopo de atuação de alguma dessas áreas de segurança. Mas continuam sendo ativos das organizações.

Vivemos em uma sociedade do conhecimento e da informação, na qual muitas empresas atribuem mais valor a seus ativos intangíveis (conhecimento, imagem e capital intelectual) do que aos tangíveis. O crime organizado já percebeu essa tendência e está cada vez mais qualificado para atuar no mundo cibernético. A segurança das empresas precisa evoluir nesse sentido ou ficará obsoleta, inadequada e ineficiente.

Por essa razão, a governança torna-se cada vez mais prioridade nas organizações, com a criação de uma única política de segurança, de normas, procedimentos e métodos de implantações, para que, posteriormente, seja mais fácil e eficiente auditar e verificar se essa área está em *compliance* com suas diretrizes.

A segurança de uma organização se faz por meio da gestão dos riscos de forma integrada, sejam eles físicos, lógicos, financeiros, sejam de qualidade, de segurança do trabalho, de meio ambiente, entre outros.

Por esse motivo, a segurança deve ser única, integral. Assim como os mundos cibernético e real são indissociáveis, a segurança também o deveria ser, a fim de garantir os objetivos da organização.

QUALIFICAÇÃO FAZ A DIFERENÇA. **PROGRAME-SE!**

Ciente de que a capacitação é essencial para os profissionais de segurança privada, o SESVESP continua investindo na promoção de cursos de qualificação, realizados em sua sede, na capital paulista, e em suas delegacias regionais, abarcando sete macrorregiões no estado. *Como desenvolver alto padrão em vendas, Fator acidentário – prevenção, Técnicas e ações antissequestro – A “prevenção” como nossa arma de proteção, e INSS – Contribuições sociais e verbas não salariais* são alguns dos temas das classes que serão realizadas de 23 de fevereiro a 26 de abril.

Ministradas em Santo André, no ABC paulista, Bauru, Campinas, Santos, São Carlos, São José dos Campos e São Paulo, as aulas são gratuitas para os associados em dia com suas contribuições. Pessoas físicas, empresas não vinculadas ao sindicato e de outros segmentos também podem participar. Inscrições pelo site www.sesvesp.com.br.

DATA	LOCAL	HORÁRIO	CURSO	INSTRUTOR
23/fev	São Carlos	9h às 18h	Planejamento orçamentário: um enfoque gerencial e pragmático	Fauzi Timaco Jorge
24/fev	Santos	9h às 18h	Elaboração de diagnóstico de segurança	Claudio Moretti
25/fev	São José dos Campos	9h às 18h	A nova ISO 9001:2015 - Entendimento e interpretação para o segmento de segurança	Werner Nopper Jr.
26/fev	São Paulo	9h às 18h	Como elaborar um procedimento	Marcy J. de Campos Verde
01/mar	São José dos Campos	9h às 18h	Formação de preposto	Silmar Brasil
03/mar	Santos	9h às 18h	Técnicas operacionais para equipes de segurança	Claudio Moretti
09/mar	Campinas	9h às 18h	Como elaborar um procedimento	Marcy J. de Campos Verde
10/mar	São Paulo	9h às 18h	A nova ISO 9001:2015 - Entendimento e interpretação para o segmento de segurança	Werner Nopper Jr.
10/mar	Santos	9h às 18h	Planejamento orçamentário: um enfoque gerencial e pragmático	Fauzi Timaco Jorge
22/mar	São Paulo	9h às 18h	Como desenvolver alto padrão em vendas	Ricardo Fera
24/mar	Bauru	9h às 18h	Planejamento orçamentário: um enfoque gerencial e pragmático	Fauzi Timaco Jorge
29/mar	São José dos Campos	9h às 14h	Fator acidentário - prevenção	Silmar Brasil
01/abr	São Paulo	9h às 18h	Avaliação de desempenho por competência	José Bernardo E. de Oliveira
05/abr	Campinas	9h às 18h	PNL aplicada à gestão de equipes	Ricardo Fera
07/abr	Santos	9h às 18h	Lidando com situações e pessoas difíceis	Marcos Menichetti
07 e 08/04	São Paulo	8h30 às 18h	Formação de auditores internos da qualidade e entendimento da ISO 9001:2015 para empresas de segurança	Werner Nopper Jr.
12/abr	São Paulo	9h às 18h	PNL aplicada à gestão de equipes	Ricardo Fera
13/abr	Santos	9h às 18h	Técnicas e ações antissequestro - a "prevenção" como nossa arma de proteção	Vinícius Vaz Ferreira
14 e 15/04	Santo André/ ABC	9h às 18h	Plano de cargos e salários - como implantar na empresa	Alexandre Pescuma
20/abr	São Paulo	9h às 15h	INSS – contribuições sociais e verbas não salariais	André Eduardo Dantas
26/abr	São José dos Campos	9h às 18h	Descrição de cargos – como elaborar e a importância para empresa	Alexandre Pescuma



RAUL CORRÊA DA SILVA

NÃO HÁ RECESSÃO QUE RESISTA À CRIATIVIDADE E AO CONHECIMENTO

Presidente da BDO, uma das Big 5 do setor de auditoria e consultoria

Nas últimas décadas, percebemos que a palavra crise permeia as informações dos principais veículos de comunicação e coloca em alerta quase toda a sociedade. Sejam os personagens empresários, assalariados ou governantes, entre todos eles é criado um clima de pessimismo e de terror, que passa a nortear desde as ações mais simples, em nível pessoal, até as decisões macroeconômicas de países ou blocos econômicos.

Diferentemente dos países que alternaram a liderança do planeta nos últimos séculos, muitas nações fora do eixo América do Norte e Europa acostumaram-se mais a conviver com esses resultados adversos da economia. Ou seja, em seus mais de 500 anos de história, o Brasil e sua população viveram muito mais momentos de crises de diversos tipos do que os europeus e norte-americanos. Por isso, nós não só estamos mais acostumados, como temos maior *expertise* em lidar com essa realidade.

Se olharmos para os últimos anos da história da humanidade e do país, listaremos inúmeras crises que abateram as economias. No Brasil, a relação de eventos parece ser um pouco extensa, mas também pontuamos impactos em países isoladamente ou mesmo em eventos globais. Na última década, a migração da imensa população campesina chinesa para os grandes centros urbanos provocou uma reviravolta na ordem mundial até então estabelecida.

Mas como os pequenos e médios empresários podem tirar lições dessa realidade quando se sentem intimidados por uma situação desconfortável de aumento de impostos e redução do crédito e do consumo? Neste momento, uma reação proativa é indispensável. Se estamos no meio de um mar de incertezas e uma onda de pessimismo

vem em nossa direção, há apenas duas soluções: deixar-nos levar ao fundo por ela ou improvisarmos uma manobra que nos permita surfá-la e chegarmos ao topo.

Precisamos levantar e compreender que a melhor forma é expandir ao máximo, tentar oportunidades lá fora, e não esperar passivamente que as coisas melhorem. Nesta situação, o investimento é fundamental para o trabalho das pequenas e médias empresas (PMEs), e somente dessa forma o país ultrapassará a crise. Vale lembrar que o *middle market* é o termômetro e representa a parcela mais significativa de vários segmentos da economia nacional. A soma dos pequenos torna a economia dinâmica.

Um dos ingredientes dessa fórmula, que nada tem de excepcional nem de mágica, é a criatividade. E essa é uma característica que o brasileiro exerce com plenitude.

O empresariado, em especial, também está acostumado a transformar o revés em momentos favoráveis. É preciso ter sempre em mente que o mercado existe e que os consumidores não foram embora. Eles só precisam enxergar que a situação é propícia para determinado negócio. As empresas mais enxutas têm capacidade de ser mais ágeis e de obter maior produtividade a um custo operacional muito menor.

No entanto, não basta apenas investir, na fé de que as coisas vão dar certo, nem reduzir os preços, que resultará na diminuição dos lucros, nem adotar qualquer estratégia similar. Tais impulsos podem ser catastróficos. Antes das decisões, é imprescindível identificar as competências e carências da empresa, com atenção especial à sinalização do mercado e ao conhecimento profundo das necessidades do cliente.



**10-12
MAIO
2016**



EXPOSEC
XIX INTERNATIONAL SECURITY FAIR

**SÃO PAULO
EXPO
SP - BRASIL**

A MAIOR FEIRA DE SEGURANÇA DA AMÉRICA LATINA

THE BIGGEST SECURITY FAIR OF LATIN AMERICA
10-12 • MAY • 2016 • SAO PAULO • BRAZIL

**Antecipe seu credenciamento no site
www.exposec.com.br**

Anticipate the accreditation on the site

**Tel / Phone: +55 (11) 5585-4355 / +55 (11) 3159-1010
info@fieramilano.com.br [f/exposec.brasil](https://www.facebook.com/exposec.brasil)**

Realização
Realization



Mídia Oficial
Official Media



Local
Venue



Evento Simultâneo
Simultaneous Event



Organização e Promoção
Organization and Promotion



‘Na hora de contratar seu prestador de serviço, exija o Certificado de Regularidade em Segurança’.



Ao lançar o CRS em 2002, o SESVESP promoveu uma iniciativa pioneira nos mercados de segurança paulista e brasileiro. Pela primeira vez na história do segmento de segurança, as empresas contratantes passaram a contar com um importante aliado: um documento expedido por Certificadora Independente, que identifica as empresas com condições de prestar bons serviços.

CRS. A iniciativa que foi ao encontro de uma necessidade de mercado.



A consolidação desta marca muito se deve a seriedade com que é tratado o processo de certificação. Com isso as empresas mantenedora do CRS tem alcançado ainda mais credibilidade no mercado.

Veja o que a sua empresa ganha ao contratar uma prestadora de segurança com CRS.

Eficiência: garantia de vigilantes treinados e periodicamente reciclados em cursos de formação legalmente reconhecidos e aprovados pelo Ministério da Justiça.

Tranquilidade: assegura que sua empresa não será envolvida em eventuais processos criminais pela contratação de segurança irregular.

Retorno Social: garantia de que a prestadora contratada é socialmente responsável, respeita o piso salarial da categoria e possui situação regularizada em órgãos públicos.

**NÃO CORRA RISCOS
CONTRATE SEGURANÇA
COM SEGURANÇA.**

Para saber quais empresas já possuem o Certificado de Regularidade em Segurança, ligue para (11) 3858-7360 ou acesse o site www.sesvesp.com.br

Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo.

